

Contextos complexos dos processos independentistas da América e o papel da imprensa¹

Antonio HOHLFELDT²

Eduardo COMERLATO³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

O estudo busca contextualizar as lutas independentistas da América Latina a partir das influências externas – invasão de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica – e internas – valores defendidos pela Ilustração. Evidencia-se que existe uma articulação política e intelectual entre as lideranças de tais movimentos, tendo Londres como seu centro geográfico. Mais que isso, através dos jornais que editam ou fazem editar, tais lideranças defendem e difundem as suas ideias, ao mesmo tempo em que as debatem entre si, através de *gêneros jornalísticos* específicos, formando um processo de esfera pública tão objetivamente estudado por Habermas.

PALAVRAS-CHAVE: independência da América Latina; imprensa e independência; jornalismo e história

CORPO DO TEXTO

Pierre Chaunu afirma que “a Historia es siempre una manera de organizar un pasado según las exigências de un presente” (1987, p. 154, nota 4). Mas podemos melhorar a perspectiva do pesquisador, afirmando que “a História é sempre uma maneira de organizar o passado segundo as disponibilidades e interesses tecnológicos, culturais e ideológicos de um presente”. Certamente, os avanços da historiografia, desde a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, nos permitem relativizar afirmações, ampliar perspectivas críticas e, assim, alcançar a compreensão de um fenômeno histórico com menos preconceitos do que no passado, distantes de uma perspectiva positivista.

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do PPGCom da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS; Pesquisador do CNPq, email: a_hohlfeldt@yahoo.com.br

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/Brasil), com bolsa CAPES. educomerlato@hotmail.com

Tomemos o caso do tema que nos preocupa, os processos independentistas das colônias espanholas e da colônia portuguesa nas Américas, partindo, inclusive, de uma perspectiva de conexão entre os acontecimentos, sobretudo graças à influência da imprensa, então ainda incipiente, mas extremamente ativa. Este fato, aliás, Chaunu (1987, p. 160) já reconhecia, em seu artigo: o acontecimento que pode ser tomado como unificador, no sentido de protagonista e responsável por todo o processo independentista (na perspectiva de sua facilitação) é a invasão napoleônica da Península Ibérica.

Num primeiro momento, através do Acordo de Fontainebleau (1807), que logo depois ele trairá, Napoleão pretendia utilizar a Espanha como plataforma para ocupar Portugal e, assim, confrontar diretamente a Inglaterra. Quando, no entanto, Napoleão quebra este acordo, ele coloca em marcha um processo inexorável que, primeiro, provocará os brios nacionalistas dos espanhóis, inclusive daqueles espanhóis que se encontravam na América. Com a expulsão dos franceses, o processo de reivindicação da autonomia nacional espanhola ganha um novo impulso, provocando a renovação das Córtes (1810), que resulta nas decisões de Cádiz.

A primeira reunião das Córtes de Cádiz ocorre em 24 de setembro de 1810; em 14 de outubro, vota-se pela soberania nacional e em 10 de novembro do mesmo ano de 1810 decide-se pela liberdade de imprensa (Martinez, 2012, p. 344 -346). Ora, estas resoluções implicam a administração espanhola dos vice-reinos: assim, quando tais resoluções são conhecidas nos vice-reinos, igualmente criam-se juntas administrativas, em paralelo com os vice-reis, em Caracas, Cartagena, Buenos Aires, Santafé de Bogotá, Santiago do Chile, etc. (Martinez, 2012, p, 347).

A liberalização da Espanha, então sob um outro fator, que é a Ilustração, também experimentará reflexos decisivos nas até então colônias. Duas decisões são fundamentais, neste sentido: a liberdade de expressão e, por consequência, de imprensa, de 1812, e a extinção da Inquisição, em 1813. O pensamento ilustrado favorece a liberdade de imprensa pois entende que, sem esta liberdade, é impossível ocorrer a educação e a cultura (Segado, 2002, p. 29). Estas iniciativas reforçavam o poder da Metrópole, enquanto uma identidade expandida à colônia, inclusive. O retorno de Fernando VII, contudo, em 1814, e sua negativa em aceitar as decisões de Cádiz, acelera o processo contra o absolutismo monárquico, primeiro, e depois, separatista, em relação aos vice-reinos da América, redundando nas independências das antigas colônias e na constituição de um novo processo político-administrativo da metrópole.

No caso de Portugal, com algumas variantes, o processo não é muito diverso. A invasão napoleônica faz com que o poder político se desloque, geograficamente, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A partir de 1808, a sede efetiva do governo português é o Rio de Janeiro. A abertura dos portos às nações amigas, assinada logo após o desembarque do então príncipe, vai levar ao decreto de elevação do Brasil à condição de reino unido, em 1815. Após a retirada de Napoleão dos territórios portugueses, fica uma espécie de vácuo de poder político (à semelhança da Espanha, o que leva à constituição das Cortes), que provoca a rebelião do Porto de 1820, exigindo o retorno de Dom João VI. Com o risco de perder o trono, Dom João regressa, mas deixa o filho no Brasil. O processo independentista é rápido e se consuma drasticamente, com o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822 e, em setembro, a Proclamação da Independência.

Nos dois casos, a radicalização das autoridades metropolitanas acabou acelerando e decidindo os processos independentistas: vale dizer que a maior parte das personagens que liderarão tais processos tem forte influência da Ilustração, sobretudo da Ilustração Inglesa, origem, de fato, das demais ilustrações, aqui incluída a Francesa, com a decisiva presença da maçonaria em todas estas lideranças, de Hipólito José da Costa e José Bonifácio, no caso brasileiro; Francisco de Miranda, José de San Martín, Bernardo O'Higgins ou Simón Bolívar, nos casos hispano-americanos. E em todos os episódios, a função da imprensa é fundamental: no vice-reino do Rio da Prata, adquirem-se prelos; Dom João VI viaja acompanhado de uma nova caixa de prelos recém-comprada à Inglaterra e o editor da *Gazeta de Lisboa*, que logo se tornará o editor da *Gazeta do Rio de Janeiro*; Bolívar traz uma prensa dos Estados Unidos e passa a editar o *Correo del Orinoco*, ao passo que o vice-rei do Peru, José Fernando de Abascal y Sousa (Martínez, 2012, p. 340), compreendendo que um dos aspectos da disputa ideológica ocorreria através das publicações periódicas, apressa-se a desenvolver e apoiar uma imprensa oficialista para contrabalancear, não só o que circule pelo seu vice-reino, quanto aquilo que advenha do Rio da Prata; Dom João VI, de seu lado, acompanha cuidadosa e advertidamente os acontecimentos dos vice-reinos espanhóis com o fito de preparar-se para eventuais repercussões em seus domínios e chega mesmo a mandar publicar um jornal em Montevideo, a *Gazeta de Montevideo*, em 13 de outubro de 1810, para neutralizar eventuais influências dos revolucionários independentistas do Rio da Prata ((Pimenta, 2005, p. 6).

O processo independentista da América, assim, é tão complexo quanto amplo, mas claramente articulado e articulador. Pode-se falar mesmo a respeito de uma “geografia” da independência: Buenos Aires, Venezuela e Chile, revolucionária; Lima tensionada entre a posição independentista e aquela que defende a manutenção das relações com a metrópole e, enfim, a posição do México (vice-reinado de Nueva España), em que o posicionamento favorável à fidelidade metropolitana era claramente majoritária (Chaunu, 1987, p. 167).

O período entre 1810 e 1814 foi, de qualquer modo, decisivo para este processo, porque deixou um vazio de poder real na Espanha, assim como havia afastado o poder real do território português. Apesar de tudo, pode-se identificar dois posicionamentos principais entre as autoridades espanholas nos vice-reinos da América, assim como entre as lideranças *criollas*: de um lado, aqueles que não defendem a separação, mas, sim, uma liberalização, sob o influxo da Ilustração: daí a importância estratégica do surgimento e desenvolvimento das chamadas *sociedades econômicas* ou *sociedades de amigos do país*, que não defendiam a independência, mas sim o avanço cultural e educacional, objetivo primeiro da Ilustração (Martinez, 2012, p. 342). Para estes, a educação e a cultura é o processo principal de afirmação dos novos povos (como Hipólito José da Costa, no caso brasileiro, ou José Maria Blanco White, que defendia a manutenção das relações entre os vice-reinos com Madrid, do mesmo modo que Hipólito José da Costa entendia ser o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a melhor solução para o futuro brasileiro).

Estes debates, desdobrados através da imprensa, por mais incipientes que fossem, provocavam conversações públicas e debates (Tarde, 2005) que se desenvolviam nas ruas, nas praças, nos cafés, nos locais públicos os mais variados, constituindo literalmente o que Jurgen Habermas identificou como a *esfera pública* (1984). Como verdadeiras *guerras de pasquins* (Martinez, 2012, p. 341), esses debates acabavam repercutindo junto da população menos letrada, não apenas branca, quanto negra e autóctone, gerando uma controvérsia crescente. Apesar de uma grande massa de população absolutamente analfabeta – e isso vale tanto para os vice-reinos espanhóis quanto para a colônia portuguesa, provavelmente essa com percentuais ainda piores – ouvia-se, murmurava-se e assim prosseguia um processo de conhecimento e de catequização revolucionária que seguia a tradição oral daquelas populações autóctones (Barbosa, 2013).

Os historiadores são unânimes em indicar que a maior resistência a tais mudanças ocorreu no segmento religioso, muito cioso ansa manutenção de suas regalias (Aguirre,

2015, p. 82; Segado, 2002, p. 42), além de não pretender abrir mão de seu controle ideológico (que se quebraria com a extinção da Inquisição, em 1813, na Espanha, por exemplo). Por outro lado, num fenômeno social bastante conhecido, as elites *criollas*, que defendiam os avanços da Ilustração na América, repetiam preconceitos em relação aos indígenas e aos negros, de sorte que, com raras exceções, havia um forte tendência de marginalização destes enormes (quantitativamente) segmentos populacionais, o que explicará o futuro desenvolvimento de tais sociedades.

Mesmo assim, a Constituição de Cádiz de 1812, indicam os historiadores, foi lida e discutida publicamente nas ruas de Buenos Aires ou de Lima (Segado, 2002, p. 29). O desafio, agora, é construir e/ou fundar uma nação, anda que fictícia ou inventada, como intuíram Hobsbawm e Ranger (1997). Isso não deixou de gerar contradições, o que vai se refletir nas décadas seguintes, com as lutas dos *caudillos* para afirmar suas perspectivas, no caso dos vice-reinos espanhóis, do mesmo modo que ocorrerá no Brasil, através das diferentes guerras regionais, da Balaiada à Sabinada, passando pela Revolução Farroupilha (Flores, 2015).

O artigo aqui apresentado, faz parte da segunda etapa de pesquisas em torno de uma história conectada do jornalismo na América Latina, com ênfase na relação entre as lutas independentistas e a imprensa. A metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica e estudo comparativo, justamente buscando compor esta perspectiva conectada do jornalismo de nosso continente, eis que inexistem estudos mais amplos sob tal linha de reflexão. Os resultados provisórios até aqui alcançados, nesta segunda etapa do estudo, evidenciam que há um processo simultâneo e, de certo modo, articulado, entre as principais lideranças políticas e militares dos movimentos independentistas que são, também, lideranças intelectuais, e que não apenas se expressam através dos jornais que editam ou fazem editar, incorporando *gêneros do jornalismo opinativo*, como os *artigos* e *ensaios*, quanto se leem uns aos outros e discutem as ideias que defendem.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**, Petrópolis, Vozes. 2013.
- CHAUNU, Pierre. Interpretación de la independência de América Latina in CHAUNU, Pierre, VILAR, Pierre et HOBBSBAUM, Eric (Orgs.) **La independência de América Latina**, Buenos Aires, Nueva Visión. 1987.

FLORES, Giovanna G. Benedetto. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro**, Porto Alegre, EDIPUCRS. 2015.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1984.

HITA, Beatriz Sanchez. De periódicos y periodistas en España e hispanoamérica de la ilustración al triênio liberal, Universidad de Cádiz, **Cuadernos de Ilustración y Romanticismo**, nº 16, 2010, ps. 1 a 11.

HOBBSBAUM, eric et RANGER, Terence. **A invenção das tradições**, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997.

HOYOS, Francisco Martínez. Londres, capital de América: Francisco de Miranda y sus proyectos emancipatórios, **Revista Electrónica de Historia**, Universidad de Costa Rica, vol. 14, nº 2, dezembro de 2013.

MARTÍNEZ, Teodoro Hampe. **La primavera de Cádiz: Libertad de expresión y opinión pública en el Perú (1810-1815)**, *História Constitucional*, nº 123, 2012, ps. 339-359, in <https://www.cervantesvirtual.com/obra/la-primavera-de-cadiz-libertad-de-expresion-y-opinion-publica-en-el-peru-1810-1815> , acessada em 10 de maio de 2024

MORÁN, Daniel. Prensa y revolución. Debates y perspectivas de la historiografía peruana y argentina a puertas del bicentenario, San Marcos, **Illapa**, nº 7, julho de 2010, ps. 33 a 58.

MORÁN, Daniel. De una *mal entendida independencia* a una *independencia imaginada*, Universidad de San Ignacio de Loyola, Lima, **Fronteras de la Historia**, vol. 23, nº 2, julio-diciembre de 2018, ps 150 a 182.

MORÁN, Daniel et AGUIRRE, Maria. La prensa y el impacto de las Cortes de Cádiz em el Perú, **Americania.**, Sevilla, mayo de 205, ps.56-91.

MUNARO, Luís Francisco. Utopia e mito nos jornais portugueses em Londres (1808-1822), Universidade Federal de Roraima in RODRIGUEZ, Alberto Pena et HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **Para uma história do jornalismo português no mundo**, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. 2021, ps. 10 a 38.

PIMENTA, Paulo G. Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822), Rio de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, **Cadernos do CHHD**, 2005, ps. 3 a 22.

RAMOS, Luis Daniel Morán. De la revolución del impreso a la orgia periodística. Prensa y discurso político en la historiografía de la independencia del Perú, Universidad San Ignacio de Loyola, Lima., **Tempos Modernos**, nº 40, junho de 2020p. 295 a 311.

RUIZI, Eduardo Portas. **De las reformas borbónicas a la Construcción del régimen posrevolucionario**. Algunas líneas generales en la historia del periodismo mexicano, in

https://www.academia.edu/24299326/De_las_reformas_borb%C3%B3nicas_a_la_construcci%C3%B3n_del_r%C3%A9gimen_posrevolucionario_Algunas_l%C3%ADneas_generales_en_la_historia_del_periodismo_mexicano, acessado em 10 de maio de 2024.

SEGADO, Francisco Fernández. La libertad de imprenta en las Cortes de Cádiz in **Simpósio Internacional sobre La Constitución de Cádiz de 1812**, Unión Latina, abril de 2002. In <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=968179>, acessado em 10 de maio de 2024

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**, São Paulo, Martins Fontes. 1992.